

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.495.903 - SP (2019/0123232-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : BB&S ADMINISTRACAO DE VENDAS LTDA**  
**ADVOGADO : PRISCILLA CHRISTINA WELLING FORTES E OUTRO(S) -**  
**SP202547**  
**AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por BB&S ADMINISTRACAO DE VENDAS LTDA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, assim resumido:

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO - APELAÇÃO E REMESSA OFICIAL - PIS E COFINS - ARTIGO 6º INCISO II DA LEI 10833/03 - RECEITAS RECEBIDA EM DECORRÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A PESSOA JURÍDICA DOMICILIADA NO EXTERIOR - PROVA INSUFICIENTE - ISENÇÃO NÃO RECONHECIDA - SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA REFORMADA

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 5º, II, da Lei n.10.637/02 e art. 6º, II, da Lei n. 10.833/03, no que concerne à comprovação de operação isenta, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Como já decidido por essa Eg. Corte Superior 'a reavaliação da prova ou de dados explicitamente admitidos e delineados no decisório recorrido não implica o vedado reexame do material de conhecimento'. Portanto, não há que se falar no óbice das Súmula 5 ou 7, para barrar o conhecimento deste Recurso Especial, sendo de rigor seu julgamento para se reconhecer que, sendo incontroverso o recebimento de 'comissão de vendas' provenientes do exterior, por conta de 'atividade de intermediação de vendas', essa situação configura uma prestação de serviços, atraindo a aplicação da isenção prevista no artigo 5º, II, da Lei 10.637/02 e o artigo 6º, II, da Lei 10.833/03, dispositivos que, com a enviesada conclusão da origem, acabaram sendo vulnerados no acórdão recorrido (fl. 581).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do arts. 560, parágrafo único, e 331, § 2º, do CPC/73, no que concerne à complementação da prova, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Se o Tribunal a quo, porém, entendeu que aqueles fatos considerados na motivação não eram incontroversos, ou seja, se entendia que a causa não

estava madura para uma decisão como o entendera o julgador de primeira instância, outra não poderia ter sido a solução, que não converter o julgamento em diligências, na forma do artigo 560, parágrafo único do CPC/73, para oportunizar que houvesse a complementação da prova, nos exatos termos do artigo 331, § 2º, também do CPC/73 (fl. 583).

Quanto à terceira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 1.026, § 2º, do CPC/15., no que concerne à aplicação da multa do art. 1.026, § 2º do CPC/15, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Por fim, vê-se que, ao julgar os Embargos de Declaração, o Tribunal a quo aplicou indevidamente, em desfavor da Recorrente, a multa do artigo 1.026, § 2º, do CPC. (fls. 584).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: "O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 07/STJ)" (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice das Súmulas 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; AgInt no AREsp n. 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e REsp n. 1.730.826/MG, relator

Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019.

Quanto à terceira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que o reexame da premissa fixada pela Corte de origem quanto ao caráter protelatório dos embargos de declaração exigiria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso especial.

Nesse sentido, o STJ já decidiu que: "*In casu*, rever o entendimento do Tribunal de origem, que aplicou a pena de multa prevista no art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil, por considerar os embargos protelatórios, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7/STJ" (AgRg no AREsp n. 368.054/ES, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 13/3/2015).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp n. 1.381.439/BA, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 9/4/2019; REsp n. 1.718.897/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.138.645/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 23/3/2018; AgRg no REsp n. 1.192.745/PE, relator Ministro Og Fernandes, Sexta Turma, DJe de 21/3/2011.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

**Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente